



Um Estudo sobre Cidadania e Políticas Públicas em Porto Alegre

Giseli Paim Costa¹

Resumo

O presente artigo apresenta reflexões sobre cidadania e políticas públicas a partir da tese de doutorado intitulada Consciência política e cidadania mediadas pela participação política: um estudo de caso em Porto Alegre. O estudo foi desenvolvido com moradores e trabalhadores de Unidades de Reciclagem de Lixo, em algumas comunidades, na cidade de Porto Alegre-RS. Foram realizados questionários e entrevistas semi-estruturadas, além de uma pesquisa documental para a coleta de informação sobre a realidade pesquisada. Os referenciais teóricos de Sandoval (1989, 1994, 2001) e Melucci (1989, 1994, 2001, 2004), sustentaram nossas análises sobre o impacto das políticas públicas para o exercício da cidadania. Percebemos que as políticas públicas incidem na vida dos indivíduos de modo a configurar valores sociais que permitem aos indivíduos se fortalecerem enquanto atores sociais e políticos, bem como se engajarem, coletivamente, em ações que possibilitem o exercício da cidadania, a emancipação e a qualidade de vida.

Palavras-chaves: participação política, consciência política, cidadania, políticas públicas.

Recebimento: 27/08/2007 • Aceite: 19/10/2007

¹ Docente do Departamento de Educação da Universidade de Caxias do Sul. Doutora em Psicologia Social pela PUCSP. Endereço: Av. Itiberê da Cunha, 213/401 Bairro: São Sebastião, Porto Alegre – RS, Brasil. CEP 91060-080. E-mail: giselipc@terra.com.br.

A Study of Citizenship and Public Policies in Porto Alegre

Abstract

This paper presents a study about citizenship and public policies based in a doctoral thesis entitled Political awareness and citizenship intermediate for political participation: one study of case in Porto Alegre. The study was developed with the inhabitants and workers at Garbage Recycling Units, in some communities in the city of Porto Alegre-RS. We conducted questionnaires and semi-structured interviews with inhabitants and workers at Garbage Recycling Units. In addition, we carried out document research in order to collect data on the environment studied. The theoretical references by Sandoval (1989, 1994, 2001) and Melucci (1989, 1994, 2001, 2004), based our analysis about the impact the public policies for a citizenship' exercise. We understand that public policies have an impact on individuals' lives and they are decisive for the configuration of society values allowing individuals to become stronger as social and political subjects as well as to collectively engage in initiatives that further the exercise of citizenship, emancipation and quality of life.

Key-words: political participation, political awareness, citizenship, public policies

Cenários e contextos

Este artigo apresenta reflexões acerca da relação entre cidadania e políticas públicas, advindas da nossa tese de Doutorado intitulada *Consciência política e cidadania mediadas pela participação política: um estudo de caso em Porto Alegre*.

A pesquisa foi realizada em Porto Alegre, em algumas comunidades² da capital. Porto Alegre é a capital do Estado do Rio Grande do Sul, Estado que faz fronteira com Argentina e Uruguai. E é, de acordo com pesquisas³, uma das melhores cidades do Brasil para se viver, com uma população de 1.360.590 habitantes, de acordo com o Censo do ano 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Porto Alegre foi administrada pelo Partido dos Trabalhadores por 16 anos, de 1989 a 2004. A proposta da Administração Municipal, durante as suas gestões, buscou, junto às populações marginalizadas, o desenvolvimento do sentimento de pertença à cidade, através da participação dos cidadãos⁴, para que fosse possível o exercício da cidadania.

Na proposta da Administração Municipal, buscava-se a superação das dificuldades inerentes de comunicação e de manifestação da vontade da população de baixa renda no processo decisório das políticas públicas de âmbito municipal. Intencionava-se romper com uma lógica excludente e segregadora e estabelecer laços de solidariedade e urbanidade, e uma cultura de participação que pudesse criar raízes suficientemente profundas para garantir sua continuidade, mesmo em um contexto politicamente adverso. No entanto, percebemos que não havia uma relação direta entre a participação e uma cultura de participação, que pudesse criar raízes suficientemente profundas para garantir sua continuidade, mesmo em um contexto politicamente adverso.

² As comunidades pesquisadas localizam-se em diferentes regiões da cidade: região norte: Ilha Grande dos Marinheiros, Vila Dique, Rubem Berta; região leste: Campo da Tuca, Vila Pinto; região sul: Cavalhada, Restinga, Padre Cacique; região central: Vila dos Papeiros, Profetas da Ecologia. A definição da amostra está explicitada no item Caminhos metodológicos: os instrumentos da investigação, nesse artigo.

³ Fontes: Pesquisa Exame/Revisan, 1996; Pesquisa Sinduscon-RS, 2003.

⁴ Para a Administração Municipal, a participação dos cidadãos é denominada participação popular, ou seja, a participação dos cidadãos em diversos fóruns de participação, dentre os quais, o Orçamento Participativo, de modo que a população ajude a decidir sobre as políticas públicas da cidade.

Um dos canais de interlocução responsáveis pelas conquistas e melhorias nas comunidades, bem como pela implantação de políticas públicas, foi o Orçamento Participativo⁵. Constatamos que, indubitavelmente, a ação direta exercida através do Orçamento Participativo se revelou muito positiva no desenvolvimento da consciência e da prática política dos cidadãos que se apropriam de informações e do controle sobre o Estado. Villasante e Garrido (2002) reconhecem que a experiência de Porto Alegre permite uma consciência social maior, uma vez que os cidadãos têm condições de detectar as necessidades locais mais emergentes, e decidir sobre projetos sustentáveis.

Para os autores, a Administração Pública assume um papel orientador e impulsor de desenvolvimento local, porém a característica mais significativa desta função é a possibilidade de parceria com os atores sociais,

ya no se trata de que la Administración explicita un modelo global de ciudad, determine y trate de imponer los objetivos y medios de conseguirlo, y regule y gestione la planificación (...) se impone la implantación del consenso y la participación como elementos básicos de la planificación estratégica (VILLASANTE y GARRIDO, 2002, p. 133).

Deste modo, é inerente à administração, a implementação de procedimentos que suponham a participação - e não a representação - dos cidadãos no processo de tomada de decisões de uma comunidade: *“es ahí donde podemos observar lo explícito de los Presupuestos Participativos como procedimiento inclinado a contemplar una democracia participativa”* (VILLASANTE y GARRIDO, 2002, p. 178).

⁵ A história do Orçamento Participativo data, efetivamente, do ano de 1989. A sua história mostra também a criação dos Conselhos e de outros fóruns de participação que a população de Porto Alegre aprendeu a utilizar como definidor do exercício da cidadania. O OP – como é chamado - é um processo dinâmico, o qual é adequado, periodicamente, às necessidades locais, buscando um formato facilitador, ampliador e aprimorador do debate entre o Governo Municipal e a população. Tem sua base legal prevista na Lei Orgânica Municipal, artigo 116. Incide na esfera de atribuição do Poder Executivo, a quem compete elaborar a proposta orçamentária. É respaldado por diversos instrumentos de participação popular: o Fórum de Delegados, integrado por líderes comunitários, sindicatos, movimentos populares; o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; os Conselhos Regionais de Assistência Social; o Conselho Municipal de Educação; o fórum de Pessoas Portadoras de Deficiências; o Conselho do Orçamento Participativo – COP, além de outras entidades. Uma explicação mais detalhada sobre estrutura e funcionamento do Orçamento Participativo encontra-se no capítulo II da nossa tese de Doutorado.

O cotidiano dos nossos entrevistados revelou-se como uma possibilidade de acreditar que o processo de participação política desencadeia também um processo de autonomia pessoal, valorização de seus saberes, crença na capacidade individual e coletiva, de tentar restituir seus espaços de manifestação, de fala, de dissenso (nos termos de Rancière), para que o discurso da cidadania seja realmente vivenciado.

Caminhos metodológicos: os instrumentos da investigação

A investigação qualitativa tem sido utilizada profundamente por investigadores sociais provenientes da sociologia, antropologia ou psicologia. Referir métodos qualitativos é referir um estilo de investigar os fenômenos sociais nos quais se perseguem determinados objetivos para dar resposta adequada a problemas concretos.

Há autores – como Weber, Cicourel, Goffman e Schwartz – que consideram que o investigador tem uma capacidade de interpretação mais completa e genuína, de examinar os indivíduos e os grupos desde fora, enfocando as minúcias da vida cotidiana, as trivialidades que definem muito da qualidade e o ambiente do mundo social, isto é, o sentido comum da vida cotidiana.

No estudo sobre a realidade social, a importância que tem a forma como se expressam os atores sociais, constitui um pressuposto metodológico básico dos estudos microsociológicos, e o qual acreditamos ser importante para a análise proposta.

De acordo com Alvarez-Gayou (2003), qualquer das fases do processo investigativo, pode ser considerada, em sentido amplo, como analítica; isso porque a formulação do problema que o investigador estuda, direciona o fenômeno em questão, assim como a tarefa de abordar e resolver este fenômeno continuam até a apresentação dos resultados de investigação.

No entanto, correntemente, se entende por análise, a utilização de uma série de procedimentos e técnicas, uma vez obtidos os dados.

De acordo com Bugess, Pole e outros citados por Alvarez-Gayou (2003, p. 41):

El análisis de los datos no es un elemento discreto del proceso de investigación que pueda ser separado nitidamente de las otras fases del proyecto. En lugar de ello, argumentamos que el análisis de los datos es integral a la forma en que las preguntas son formuladas, se seleccionan los lugares y se recogen los datos (...) En el corazón de tal proceso hay un

conjunto de cuestiones y procedimientos de investigación que combinados con creatividad e imaginación resulta en el análisis de los datos; un elemento clave del proceso de investigación que no puede reducirse a pasos y fases.

A análise dos dados foi feita a partir de fontes documentais sobre as comunidades estudadas. Realizamos questionários e entrevistas semi-estruturadas⁶ com pessoas representativas do cenário de pesquisa, a fim de compreender a percepção que nossos entrevistados têm em relação ao processo de participação em fóruns de participação popular que há na cidade de Porto Alegre; como esses indivíduos se relacionam com a cidade em que vivem, como desenvolvem a percepção sobre o que é ser cidadão e exercer a cidadania em uma cidade que se intitula inclusiva e cidadã, bem como investigar a maneira pela qual interagem com as políticas públicas.

O critério de definição da amostra foi escolher comunidades que tinham Unidades de Reciclagem de Lixo. Essa escolha se deve ao fato de que o preconceito é evidente: os moradores dessas comunidades são, normalmente, desqualificados enquanto atores sociais e políticos. São percebidos, não apenas pela comunidade do entorno, mas por alguns moradores das próprias comunidades, como lixeiros, maloqueiros e marginais e, portanto, sua vida já está pré-destinada a essa condição. Contudo, esses grupos, apresentam um potencial de organização comunitária e engajamento em ações coletivas muito aparente.

Além dos moradores e trabalhadores das Unidades de Reciclagem de Lixo, nossos protagonistas, entrevistamos também o que podemos denominar de coadjuvantes, que são os técnicos de Secretarias e Departamentos Municipais que trabalham com as comunidades.

A coleta de dados está circunscrita nos anos de 2003 e 2004. Contudo, não consideramos esse, um tempo determinado para a análise, pois partimos do pressuposto que há uma construção de significados sobre a participação política construída ao longo de 16 anos de Administração Municipal, portanto, referimos, em nosso texto,

⁶ Para facilitar a análise dos dados, as entrevistas, com prévia autorização dos entrevistados, foram gravadas. Foram considerados o discurso, a observação do comportamento e as várias formas de comunicação não verbal. Os entrevistados receberam o Termo de Confidencialidade e Consentimento, mediante o qual autorizavam – ou não – a gravação da entrevista.

a relação da sociedade civil e governo municipal ao longo desses anos, destacando, principalmente, a relação com o OP. Por isso, o discurso de nossos entrevistados se faz tão importante, não apenas do sentido de historicizar sua relação com processos de participação, mas também para expressar a rede de significados que nos permite entender a complexidade dessa participação e o quanto isso reflete no exercício da cidadania.

A construção da cidadania a partir da vivência de políticas públicas

A experiência de participação da população no processo de discussão do orçamento, implantada pela Administração Popular, consolidou-se como um canal efetivo de participação do movimento comunitário, passando a atender, assim, as demandas sociais definidas no âmbito das regiões. Por isto, a descentralização, ao lado da participação da população, pode ser entendida como um passo importante para a gestão de um novo modelo de cidade e de decisão das políticas públicas, bem como o desenvolvimento e manutenção da consciência política da população.

A análise dos processos de participação política dos entrevistados remete a uma investigação mais apurada no que se refere à consciência política. De acordo com Sandoval (1994b, p. 59), “consciência é um conceito psicossociológico referente aos significados que os indivíduos atribuem às interações diárias e acontecimentos em suas vidas”, ou seja, o contexto social é significado pelos indivíduos de acordo com a realidade vivida. Desta forma, “a consciência não é um mero espelhamento do mundo material” (GIDDENS, 1982, citado por SANDOVAL, 1994b, p. 59).

O que é pensado, o que é dito, o que é expresso têm a ver com o contexto no qual as pessoas vivem, uma vez que este é um campo fértil de significados acerca do que os grupos vivem. A experiência local, ou seja, aquela mediada por relações próximas, que fazem parte do contexto imediato de relações do indivíduo, e a experiência geral, ou seja, aquela que faz parte da conjuntura política, econômica, social, cultural do indivíduo, e que ajudam a constituir seu universo simbólico, são “fontes que condicionam e moldam as relações de classe e vêm afetar a consciência política. Por isso, a estruturação de classe sempre implica em condições para o afloramento da consciência política” (SANDOVAL, 1994b, p. 60).

Utilizamos o modelo de Sandoval (2001) sobre consciência política para aprofundarmos o entendimento da participação política e

o exercício da cidadania. O autor entende a consciência política como um contínuo processo de elaboração de visões de mundo e, em seu artigo⁷ *“The Crisis of the Brazilian Labor Movement and the Emergence of Alternative Forms of Working-Class Contention in the 1990s”*, elabora um modelo teórico que descreve sete dimensões psicossociais que constituem a consciência política: identidade coletiva, crenças e valores sociais, identificação de adversários e de interesses antagônicos, eficácia política, sentimento de justiça e injustiça, metas de ação coletiva e vontade de agir coletivamente⁸.

Assim, a consciência política não pode ser compreendida a partir de si mesma, mas a partir dos significados que os indivíduos atribuem à realidade social. Sandoval entende que estas escolhas são elementos que se tornam significativos para o pensamento individual através das suas identidades coletivas; suas crenças, valores e expectativas em relação à sociedade; seus sentimentos de eficácia política; suas percepções do auto-interesse frente aos adversários e, finalmente, seus sentimentos de justiça e injustiça (SANDOVAL, 2001, p. 190). Ao mesmo tempo, essas dimensões contribuem para a tomada de decisão dos indivíduos, o que leva o autor a afirmar que a escolha de elementos significativos na avaliação da organização dos movimentos sociais, bem como essas metas e estratégias são percebidas como formas relevantes de ação coletiva que proporcionam uma pressão situacional.

De acordo com Sabucedo (1996), a participação dos indivíduos na tomada de decisões políticas varia de acordo com o conceito de democracia. As diversas versões sobre a democracia e o alcance que deve ter a participação dos cidadãos, permite a existência de diferentes significados sobre a participação política e a implicação dessa com o ideal do sistema democrático.

A aquisição da cidadania, como lembra Oliveira (1998), é um processo interminável, pois, para o autor, no momento em que se adquire as aquisições cidadãs, recomeça-se um trabalho de ampliação dos limites já alcançados, posto que as aquisições de cidadania são o ponto de partida para as ampliações das conquistas. Podemos ilustrar esta idéia com o movimento que percebemos dos moradores e trabalhadores das Unidades de Lixo, no Orçamento Participativo. No momento em que algumas comunidades conseguem garantir moradia,

⁷ Artigo publicado na Revista Psicologia Política VOL. 1,(1).2001.

⁸ Tradução de Soraia Ansara.

parte-se para novas demandas, como por exemplo, a urbanização desse local de moradia.

Entendemos que este processo [de aquisição da cidadania] está presente na vida dos moradores de Porto Alegre, viabilizado, em parte, pela proposta do Orçamento Participativo. A vivência no OP foi um desencadeador para que os indivíduos se descobrissem atores sociais, para que saíssem da esfera da cidadania passiva e passassem a vivenciar a cidadania ativa. Marcos⁹ faz um relato que ilustra adequadamente essa vivência da cidadania ativa:

...se tu ficas no teu canto, tu só estás esperando para receber, observando os acontecimentos. A partir do momento que tu lutas, que tu conversas, que tu troca idéias, que tu dá tua opinião, tu atua sobre teu meio, tu és um ator no processo de transformação. Isso, o OP nos ensina. Até um certo ponto, nós que participamos do OP nos sentimos meio vereadores. Claro que é no limite do que nós podemos discutir. Mas as comunidades decidem o futuro delas. Não nos contentamos com eleger as elites e deixá-as resolver os problemas. Trabalhamos juntos, na hora de tomar uma decisão. Se a gente observa as coisas, a Câmara dificilmente mudará uma decisão do OP. Isso é a nossa força. Um vereador não pode ir contra uma vontade popular. É por isso que muitos políticos – a elite, os antigos senhores, os neoliberais – estão contra o processo (Marcos, morador)

A vivência na comunidade mostra, no entanto, as contradições deste processo, no sentido de que a cidadania não é vivenciada por todos da mesma forma, isso se deve às crenças e valores de sociedade que os indivíduos têm, às diferentes vivências e às representações que estabelecem acerca do mundo.

Apresentamos a idéia de que o exercício da cidadania, em Porto Alegre, foi sendo construído a partir da participação, e trata-se de um processo com avanços e recuos. Não entendemos cidadania apenas como garantia de direitos fundamentais dos indivíduos, mas o exercício de uma prática que permite, aos indivíduos, serem atores sociais do processo político da sua cidade, seja exercendo o direito do voto, seja

⁹ Marcos é o nome fictício de um Conselheiro do OP, morador de uma comunidade; ele não faz parte dos entrevistados. Seu depoimento está na obra: *Organização Não-Governamental Solidária. Caminhando para um mundo novo: OP de Porto Alegre visto pela comunidade*. Petrópolis: Vozes, 2003.

estendendo o seu envolvimento político a outros processos, que estabeleçam canais de interlocução com o poder público.

O discurso assistencialista, normalmente presente entre comunidades mais periféricas e carentes da cidade, foi se diluindo à medida que políticas públicas foram sendo instauradas nas comunidades e, conseqüentemente, a participação dos moradores foi sendo solicitada. Os porto-alegrenses passaram a perceberem-se como sujeitos de direitos: com direito à fala, à manifestação de suas opiniões e com possibilidade de deliberaram sobre o dinheiro público.

O sentimento de ser cidadão, de perceber-se como sujeito de direitos, de exercer a cidadania ativa é reflexo e, ao mesmo tempo, possibilita a participação, isto é, o indivíduo participa e se sente sujeito ativo e, se percebendo como sujeito ativo, participa. Mesmo que a participação tenha níveis diferentes de envolvimento ou que, em certo momento, ela se limite às reuniões do OP. De qualquer forma, os cidadãos forçam a Administração Municipal a planejar políticas públicas ou aprimorar as políticas que já existem, em função da participação das pessoas. O movimento dos moradores e trabalhadores, indubitavelmente, exerce influência sobre as determinações da Administração Municipal que, espontaneamente ou forçada pela organização comunitária, estabelece políticas voltadas para garantir a qualidade de vida de seus cidadãos. Mas podemos inferir que o que faz a diferença neste movimento dos indivíduos é a dimensão da consciência política desse cidadão que faz com que ele tenha um entendimento mais ampliado das coisas do mundo e que tenha ações mais coletivas.

O exercício da cidadania pode ser um aprendizado a partir da vivência nos fóruns de participação popular, que se estende para outras dimensões da vida, principalmente no sentido de votar em quem tem projetos para a comunidade, e entender que cada indivíduo tem um papel fiscalizador em relação àquele em quem votou.

O exemplo de Augusto ilustra como ele aprendeu a ser cidadão e, principalmente, exercer a cidadania, pois, aos poucos, foi se dando conta de que era preciso participar para conseguir melhorias para a sua comunidade. Nos parece uma lógica perversa, pois de fato, aqueles que não participam ou os que não se organizam, não conseguem - ou demoram muito - conquistar suas demandas. De qualquer forma, acreditamos que esse movimento é necessário para que o discurso assistencialista se dilua, e que ações emancipatórias e de autonomia possam fluir na comunidade.

Hoje eu sei, antigamente eu não sabia, que um vereador dentro da Câmara é o meu representante, o Prefeito é o meu representante, exercer a cidadania é procurar votar certo, votar naquela pessoa que a gente pode dizer assim: “eu vou votar nele porque ele vai fazer aquilo que eu quero, que eu necessito, ele está a meu serviço, ele vai governar a cidade como cidadão que é, pra melhoria de trabalho, de vida”, apesar que muita gente vota errado, exercer a cidadania é votar correto, lutar pelos direitos que a gente tem... (...) ... quando começou as reuniões do OP, eu não sabia como tratar o prefeito... cheguei no gabinete do Tarso... meu pensamento naquela época era bem pequeno, eu era tímido, pra mim Prefeito era da altura do Presidente da República né, não tinha conhecimento, vereador eu já achava que era um baita homem, que tinha um baita cargo! Bom, aí o Tarso começou a falar, e no momento da fala dele, ele já começou a me ensinar como eu tinha que caminhar nos caminhos do governo. Ele disse: “eu não quero ser paternalista”... isso foi o que mais me chamou atenção na fala dele: “O prefeito não é bonzinho, eu sou um funcionário a serviço do povo, os papeleiros já têm uma noção do que já está acontecendo, e o prefeito não pode chegar lá e dizer, oh, eu vou dar uma casa para cada um, eu tenho que ter pressão da comunidade, se a pressão do entorno for maior, o prefeito vai pelo entorno, o prefeito vai pela maioria... (Augusto, trabalhador da Unidade)

Falar de emancipação nos remete falar de identidade. Concordamos com Melucci (2004) de que a identidade é, em primeiro lugar, uma capacidade autônoma de produção e de reconhecimento do nosso eu. “O indivíduo consegue identificar-se quando se torna distinto do ambiente (...) A identidade define, portanto, nossa capacidade de falar e de agir, diferenciando-nos dos outros e permanecendo nós mesmos” (MELUCCI, 2004, p. 45). E, como lembra o autor, a possibilidade de distinguir-se dos outros, deve ser reconhecida por esses *outros*.

A fala de Augusto nos faz pensar então que o indivíduo adquire a sua capacidade de emancipar-se à medida que se percebe como um indivíduo diferenciado do outro, nas suas potencialidades, nas suas emoções, nas suas opiniões, e que é reconhecido como tal, ou seja, participar de fóruns de participação popular, ter a oportunidade de

falar com o prefeito, reivindicar melhorias para a sua comunidade, são situações que vão construindo no indivíduo a capacidade de se manifestar em prol de seus interesses e também de interesses coletivos, mas construindo um discurso próprio, e não apenas reproduzindo o discurso do outro.

Patrícia é outro exemplo de quem busca, na sua condição de vida, fortalecer seu movimento de mudança, de autonomia, de emancipação. O problema, segundo ela, é que “quem faz o pobre é o rico... o pobre quer crescer, mas aí o rico acaba tirando do pobre a ambição, tu não tem que ter inveja do rico e sim a ambição, mas acabam tirando por que é mais fácil. Para Patrícia, é muito difícil exercer a cidadania quando a pessoa vive ganhando coisas, quando não tem a chance de caminhar com as próprias pernas” (Patrícia, moradora).

Melucci (2004) lembra que a identidade é um sistema de relações e representações. Configura-se “como um sistema de vetores em tensão entre si, à constante procura de um equilíbrio entre a identificação que operamos e aquela realizada pelos outros, entre a diferença como a afirmamos e como ela é reconhecida pelos outros” (MELUCCI, 2004, p. 50).

O que percebemos na fala de Patrícia, a qual é representativa de muitas outras, é que os indivíduos vivem em um sistema de relações onde muitos têm a capacidade de se identificar de maneira autônoma, mas a diversidade – racial, cultural, étnica, sexual – fixada pelos outros, muitas vezes anula essa capacidade autônoma de identificação. Trata-se de uma identidade rotulada, como refere Melucci (2004), em que o indivíduo internaliza o estigma que lhe é posto socialmente.

A capacidade autônoma de identificação de Patrícia é constantemente atravessada pela condição de mulher, negra, pobre, papeleira, que o outro lhe demarca. Quando ela refere que quem faz o pobre é o rico, nos remete dizer que essa identidade rotulada interfere na possibilidade de construção de uma identidade autônoma e, com isso, o exercício de uma cidadania ativa, o caminhar com as próprias pernas, ou o agir coletivamente, ficam inviabilizados. Não estamos afirmando que a emancipação não é possível, pelo contrário, defendemos a idéia de que se trata de um processo complexo de aprendizagem que leva à autonomia do indivíduo e que, as muitas vivências permite-lhe a resolução de problemas propostos pelo ambiente no qual está inserido. Os nossos entrevistados são exemplos da complexidade desse processo e nos garantem a afirmação de que a emancipação é possível.

A cidadania está relacionada com os sentimentos de pertencimento a um grupo, ou seja, tem a ver com a identidade coletiva. Ora, nesta dimensão de entendimento, o indivíduo é capaz de ter ações coletivas onde não apenas ele, mas também o grupo ao qual pertence, são beneficiados.

De acordo com Sandoval (2001), a identidade coletiva pode ser entendida como um sentimento de solidariedade onde o indivíduo desenvolve laços interpessoais que levam a um sentimento de coesão social que faz com que ele se identifique com alguma categoria social. Entendemos que esse é um aspecto importante para a solidificação de ações coletivas, uma vez que, estabelecidos os laços, o compromisso de uns com os outros é maior, da mesma forma, o reconhecimento que cada indivíduo é importante na ação coletiva, incrementa a sua identidade pessoal.

Para nossos entrevistados, a cidadania envolve a participação e pressupõe a comunicação entre as pessoas, pois não basta cada pessoa participar isoladamente, é preciso ter espírito de grupo, é preciso se perceber como coletivo, e para que isso aconteça é necessário a comunicação entre as pessoas. O relato de Eva é um exemplo: “exercer a cidadania é participar, quando tem reunião no OP, a gente ir e participar... é respeitar as pessoas também, se comunicar também com as pessoas, falar sobre o que tá acontecendo pra melhorar junto” (Eva, trabalhadora da Unidade).

O exercício da cidadania demarca a estigmatização atribuída ao indivíduo, ou seja, exercer a cidadania, para além do exercício do voto – que é um direito para todos os brasileiros, independente de classe social e econômica – demarca, por exemplo, que algumas pessoas exercem papéis ou ocupam lugares que incomoda a uma determinada parcela da população – as elites. A vivência enquanto pesquisadora corrobora o que muitos entrevistados denunciam: a idéia de que “as vilas de Porto Alegre têm que estar na periferia da cidade, quanto mais longe, melhor; conviver em espaços públicos com quem é pobre incomoda; quem participa do OP é gente pobre que precisa ganhar coisas e por isso o rico não participa”.

O exercício da cidadania pode produzir a emancipação, mas pode também demarcar o preconceito. E esse preconceito pode ser um desencadeador para a superação dos indivíduos, ou seja, incitar o desejo de melhorar para mudar sua condição e, conseqüentemente, seu *status*. Mas pode também ser vivenciado como algo que oprime e imobiliza.

Destacamos do ensaio de Heller (2004), Sobre os preconceitos, que, para a autora, o preconceito, abstratamente considerado, é sempre moralmente negativo, “porque todo preconceito impede a autonomia do homem, ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha ao deformar e, conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativa do indivíduo” (Heller, 2004, p. 59).

Assim como destacamos os discursos “emancipatórios”, também destacamos os discursos “prontos”, ou seja, aqueles comportamentos que demonstram uma intencionalidade ou uma estratégia dependendo do contexto em que estão inseridos: responde-se aquilo que todo mundo diz ou aquilo que se pensa que o outro quer ouvir. Não é um discurso adquirido e internalizado pelas vivências dos indivíduos na sociedade, pelas relações que estabelecem e pelas experiências que têm.

Nossos entrevistados reafirmam nossas impressões. Conhecemos pessoas que, ao relatarem suas experiências de vida, relataram também o aprendizado da participação, e as conseqüências disso para suas vidas. Concluímos que essa aprendizagem viabiliza a percepção de uma identidade individual e social capaz de desencadear, no indivíduo, a percepção como um ator social e político, que decide e incide sobre a vida pública, um ator e não um espectador que espera as decisões serem tomadas.

Relembramos o depoimento de Marcos, que afirma que no momento em que o indivíduo luta, conversa, dá a opinião, ele está atuando sobre seu meio, ele é um ator no processo de transformação, e Marcos aponta que esse aprendizado é graças ao OP:

...isso, o OP nos ensina. Até um certo ponto, nós que participamos do OP nos sentimos meio vereadores. Claro que é no limite do que nós podemos discutir. Mas as comunidades decidem o futuro delas. Não nos contentamos com eleger as elites e deixá-as resolver os problemas. Trabalhamos juntos, na hora de tomar uma decisão.

A fala de Marcos é significativa para o nosso entendimento sobre consciência política. Inferimos que esse conjunto de ações aos quais Marcos e outros indivíduos têm a oportunidade de vivenciar, possibilita a eles, entender o processo político no qual estão inseridos. Essa aprendizagem ressignifica o entendimento sobre o que é ser cidadão e o que é exercer a cidadania, de fato e não apenas de direito. Ou seja, o conceito de cidadania extrapola as ações de obtenção de direitos garantidos constitucionalmente, o que coloca o indivíduo numa

situação individual de cidadão de direitos. O conceito de cidadania se refere à predisposição de agir coletivamente, de pensar na comunidade, de buscar melhorias, mas tentando engajar as pessoas nos movimentos, para que o status de necessitado e carente se dilua. E que as pessoas possam se fortalecer enquanto grupo, nesse movimento, ou seja, que cada indivíduo perceba de uma maneira diferente, a partir de seu próprio universo de representações acerca do mundo. Por isso reafirmamos a importância de considerar a relação entre a questão individual e a social, que compõe o contexto que interfere nas decisões do indivíduo perante suas escolhas individuais e seu engajamento no grupo.

De acordo com Sandoval (2001), a identidade coletiva, como uma dimensão da consciência política, trata de um sentimento de solidariedade, onde o indivíduo desenvolve laços interpessoais que levam a um sentimento de coesão social que faz com que o indivíduo se identifique com alguma categoria social. Quando Bruna, por exemplo, diz que “ser cidadão é dar a mão para alguém, ir no OP, brigar pelos direitos de todos...” ou quando Serlene afirma que “exercer a cidadania é também passar pros outros, saber o que ela é, e não ter ela pra si, é ter solidariedade...” nos faz pensar que, quando o indivíduo consegue colocar em prática um tipo de discurso como esse, ele está mais próximo da possibilidade de coesão social. Está mais próximo da possibilidade de se identificar com esse grupo, ou pela necessidade de melhorar, de ensinar o outro que é possível melhorar, ou então pela força que o grupo vai estabelecendo a medida em que luta junto. Isso reforça as relações interpessoais, pois há interesses em comum, que podem motivar para a ação coletiva.

O estabelecimento de uma identidade coletiva permite aos indivíduos atribuírem valor às metas grupais e à mudança social como benefício pessoal e coletivo, instrumentalizando-se para atingir a mudança almejada. O autor define identidade social/coletiva como “uma dimensão da consciência política que se refere ao caminho estabelecido pelos indivíduos como a identificação psicológica com interesses e sentimentos de solidariedade e pertencimento a um ator coletivo” (SANDOVAL, 2001, p.187). Ou seja, tem a ver com o exercício da cidadania, como o indivíduo desenvolve a sua identidade pessoal e coletiva, como se enxerga e como se identifica com seu grupo de iguais para realizar essa ação.

O OP mudou a forma das pessoas se relacionarem com a cidade, em termos administrativos e políticos, assim como a sua maneira de se relacionar com a sua comunidade e, da mesma forma sua comunidade

teve que se fazer mais presente e ser mais atuante do que simplesmente esperar que a Administração, generosamente, levasse a ela, melhorias.

Essa situação nos remete a outra dimensão da consciência política do modelo de Sandoval (2001), que se refere às Crenças, Valores e Expectativas societais que o indivíduo desenvolve em relação à sociedade em que vive e que expressa a ideologia política e a visão de mundo dos mesmos. Estas podem ser entendidas como a representação social que os indivíduos constroem sobre a estrutura social, as práticas e finalidades das relações sociais. São os significados que as pessoas atribuem à estrutura social considerando as relações políticas entre as categorias sociais e as próprias intenções das pessoas que constituem essas categorias. Essas representações são produtos das interações sociais e da experiência dos indivíduos nos vários grupos, instituições e contextos da vida em sociedade.

Políticas públicas incidindo na percepção de cidadania – algumas considerações finais

Procuraremos evidenciar de que forma as políticas públicas incidem na vida dos moradores e trabalhadores de Unidades de Reciclagem de Lixo¹⁰ em Porto Alegre, e de que forma nossos entrevistados interagem com essas políticas, efetivamente, seja na relação com as entidades/instituições que trabalham nestas comunidades, seja pelos fóruns de participação popular.

Constatamos que o conjunto de iniciativas referentes a políticas voltadas para a população porto-alegrense é amplo; além disso, garante espaços de participação da população em termos de gestão, formulação e fiscalização da eficácia dessas políticas. E constatamos também que, da parte da comunidade, há participação efetiva, principalmente de entidades comunitárias, como Associações de Bairro, Associação de Recicladores ou Clube de Mães.

¹⁰ Trabalhadores são os que vivem nas comunidades entrevistadas e que trabalham nas Unidades de Reciclagem de Lixo, são denominados também, ao longo do texto, de Recicladores. Moradores são os que igualmente vivem nas comunidades, mas que não trabalham nas Unidades de Reciclagem, ou são lideranças comunitárias, ou são papeleiros [são os que recolhem papel com carrinho ou carroça e reciclam em sua própria casa] ou são moradores que exercem outras atividades profissionais. Entrevistados são os dois grupos: moradores e trabalhadores.

Percorrendo a história da gestão da Administração Popular¹¹, encontramos elementos para nossa análise sobre cidadania e políticas públicas. Porto Alegre¹² se intitula uma cidade com uma firme tradição de organização da sociedade, traduzida em comissões, associações de moradores, clubes de mães, conselhos escolares, e inúmeras outras formas de mobilizações, que visam o aperfeiçoamento das relações de convivência nesta estrutura da cidade. Além disso, tem construído políticas públicas que materializam melhores condições urbanas, sociais, ambientais, culturais. As ações setoriais também acrescentaram novos enfoques. O desenvolvimento econômico, a educação, a cultura, as infra-estruturas viárias e de abastecimento, o saneamento, a educação ambiental, o transporte público, o esporte e o lazer, a saúde, a assistência social, a organização da cidade, todos foram estimulados pelos novos instrumentos de participação da população.

Porto Alegre é uma cidade que busca garantir o acesso pleno e equânime da população às políticas de educação, saúde, assistência, habitação, esportes, trabalho, cultura e lazer, bem como de saneamento básico. Procura estabelecer um programa intersetorial para atender a população com elevado grau de vulnerabilidade, a partir da renda mínima, apoio à família e geração de renda, atentando para estabelecer ações de “travessia” da política compensatória ao desenvolvimento da autonomia, assim como desenvolver um programa que venha ampliar e/ou qualificar os projetos sociais¹³.

A cidade avançou na gestão participativa, sendo referência nacional e internacional. O Orçamento Participativo, os Fóruns diversos da cidade e os Conselhos Municipais se constituem, hoje, em instâncias consagradas e experimentadas no trato de problemas urbanos. Da mesma forma, as ações de desenvolvimento e de políticas sociais têm sido uma constante dentro de uma estratégia de inclusão social (como as ações contra o analfabetismo e a educação dos meninos de rua, dentro da proposta da Escola Cidadã), de oportunidades de

¹¹ Relembramos o leitor que Administração Popular refere-se especificamente à gestão da Frente Popular na Prefeitura de Porto Alegre, que tem como slogan “O governo da participação popular”.

¹² Fonte: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?p_secao=3>. Acesso em 03.02.06.

¹³ Renda Mínima, Geração de Renda (cooperativas, Ecoturismo, Agricultura Local, Projeto Educação para o Trabalho e Cidadania, Projeto Ações Coletivas, Projeto Reinserção à Atividade Produtiva; Unidades de Triagem de resíduos; Incubadoras); Gerências ampliadas vinculadas a reassentamentos.

geração de trabalho e renda ou de programas integrantes de uma rede de Assistência Social, especialmente voltada para crianças e adolescentes, iniciativas estas executadas em boa medida através da parceria governo-sociedade, e que compõem hoje um marco de referência para ações mais amplas no sentido de enfrentar a crise social. As políticas na área cultural, por sua vez, têm incentivado sobremaneira, através de ações descentralizadas, a participação e a criatividade popular.

Para a maioria dos entrevistados, o Orçamento Participativo é importante, por diferentes motivos. Percebemos que, de uma forma geral, um dos conjuntos de razões tem a ver com as melhorias objetivas que a comunidade conquistou: moradia, saneamento, posto de saúde, escola e diversos serviços. O outro conjunto de razões tem a ver com questões mais subjetivas, ou seja, aquelas relacionadas ao aprendizado de participação, ao aprendizado do que é ser cidadão, e do que é exercer a cidadania.

Há os que culpam o OP pelo transtorno que causa em sua vida privada, e essas pessoas, normalmente, passam a boicotar o processo e, neste caso, o OP tem um efeito paralisante. E há os que identificam os benefícios do processo para seu crescimento pessoal e se tornam cada vez mais estimulados a participarem e, neste caso, o OP tem um efeito mobilizador.

Ilustramos um desses aspectos com a fala de Carlos¹⁴:

Estou feliz assim, tão feliz. Já perdi uma família, me separei da mulher por causa desse trabalho voluntário mas é isso que eu gosto. Minha mãe, outro dia, discutia com minha namorada sobre o meio de me tirar da política. Mas disse pra elas que é impossível. Aprendi demais com essa experiência (Carlos, morador).

Apesar do OP fazer parte da vida da cidade desde 1989, há muitos moradores que não tem clareza do que seja o OP. Reproduzem o que denominamos de discursos prontos, ou seja, falam que é importante por que todo mundo fala que é importante. Não podemos inferir que esta falta de clareza seja por conta da falta de divulgação e

¹⁴ Carlos é o nome fictício de um morador de uma comunidade; ele não faz parte dos entrevistados. Seu depoimento está na obra: Organização Não-Governamental Solidariedade. *Caminhando para um mundo novo: orçamento participativo de Porto Alegre visto pela comunidade*. Petrópolis : Vozes, 2003.

de informação. Reconhecemos que há divulgação, inclusive na mídia impressa e televisiva, convidando as pessoas a participarem, comunicando as datas e horários das reuniões, no entanto, o esclarecimento do processo é mais precário, ou seja, no início, se fazia um trabalho de base nas comunidades para que as pessoas entendessem a importância da participação. No momento em que o OP alcançou um número razoável de participantes, se deixou de fazer esse trabalho de base e se passou a tratar o OP como se ele tivesse vida própria, como se toda a população tivesse pleno conhecimento do que é, como funciona e para que serve o OP. Acreditamos que, de uma certa forma, isso fragilizou a relação com o OP que passou a ser visto, por muitos como um instrumento de participação e não como um canal permanente de interlocução com o poder público. Se não há continuidade sobre um trabalho de base, dando o permanente conhecimento e informação sobre as coisas, é grande a probabilidade da alienação em vez da consciência política.

Sandra, que trabalha com uma comunidade onde o discurso e a prática assistencialista é muito forte, fala dos problemas do OP e das práticas que se perderam ao longo do processo, como os trabalhos de base com a população, por exemplo:

Participo no OP e vou como trabalhadora da Vila Dique, apesar de morar na mesma região... já participei de todo o processo porque na verdade quem incentivou a participação fomos nós (do Posto de Saúde) então ia com eles....depois a gente parou... no início eles iam de carroça e de carro... quando a Associação começou a participar, eles se afastaram, eles tiraram delegados e não iam... há três anos voltamos a ir porque a FASC começou a ir, como parceria, porque o pessoal que recebia bolsa da FASC tinha que se envolver e a gente como parceria começou a ir também. Eles conseguem tirar delegados e são pouquíssimos delegados que participam, e tem outra coisa bem séria, é que existe toda uma discussão dentro dos órgãos da Prefeitura, que não adianta grifar recursos pra Vila Dique porque a Vila vai sair daqui, isto existe historicamente.... que o que precisa são serviços... não adianta também dizer isso pras pessoas que elas vão parar de ir, então ao menos assim, eles vão lá e estão brigando por habitação... A Prefeitura tinha que assumir, porque não tem nada certo... Fizemos um movimento junto à Prefeitura pra discutir algo proposto pela Prefeitura, na época do Raul, e

quando se trocou o Governo, quando o Tarso assumiu, o processo se perdeu, e enquanto isso, os moradores da vila que se envolveram e depois se candidataram pra eleição da Associação, perderam, porque ficaram desacreditados... Eu não trago mais proposta de fora pra dentro, tipo tentar vincular a Prefeitura no processo deles e incluir eles no processo da Prefeitura, “tivemos algumas decepções... a cada troca do partido, não há continuidade”. O OP é importante: na realidade, a proposta é muito boa, sempre fui fã de defender. Acho importante também ter mudado esta visão de que por exemplo, nós precisamos de uma creche, então vamos procurar o Deputado ou Secretário tal...nós vamos ter que se organizar, disputar... é um ganho do OP (Sandra, técnica).

Cristiano também concorda que o OP é um processo importante, mas que se perdeu ao longo dos anos, reproduzindo um vício de um continuísmo nas suas práticas, como se todos já tivessem aprendido o que era o OP e não precisasse mais falar sobre o assunto, ou como se o fato de ir a reuniões fosse suficiente para se conhecer todo o processo. Mas Cristiano destaca um aspecto fundamental do OP na vida dos cidadãos: “o que é importante neste processo é que o OP levou a necessidade, a idéia de organização para todo o lado da cidade. Este movimento popular forte que tava localizado em algumas áreas da cidade, a idéia mais se organizando e mobilizando para conseguir” (Cristiano, técnico).

De acordo com Melucci (2001), a informação está se convertendo no recurso mais importante da sociedade contemporânea, uma vez que acentua a dimensão reflexiva e construída na vida social. Para o autor:

La mayor parte de nuestra experiencia diaria es una experiencia de grado n, lo cual quiere expresar que acontece en contextos cada vez más contruidos por la información, que es difundida por los medios de comunicación e internalizada por los individuos, en una suerte de espiral interminable que transforma la realidad cada vez más en signos e imágenes (MELUCCI, 2001:65).

Ainda de acordo com Melucci (2001), a maior parte de nossas atividades cotidianas são afetadas por estas transformações na esfera da informação, posto que dependem cada vez mais dela e alimenta a

espiral que faz com que a ação social seja cada vez mais reflexiva. Porém, para que a informação seja reconhecida como recurso crucial e tenha valor, é necessário que a esfera simbólica da ação humana se faça autônoma a respeito de seus vínculos materiais. Não é apenas a existência de grande quantidade de informação, em termos de conteúdo, o que a converte em um recurso, mas sim, é o nosso domínio dos códigos que organizam esses signos, as informações e as dá sentido. Para o autor, todo aquello que afecta a nuestra vida personal y relacional depende de nuestra capacidad de atribuir sentido, de generar significado para nuestros actos, planes, sueños, etc. (MELUCCI, 2001:67).

Sendo assim, entendemos que o desconhecimento sobre o OP está relacionado com a maneira como os indivíduos atribuem significados a este processo. Não queremos afirmar que essa seja a única explicação para o desconhecimento, no entanto, consideramos que é um elemento importante. De fato, nossa vida cotidiana é bombardeada de informações, no entanto, não é a quantidade de informações que garante que a esfera simbólica da ação humana se faça autônoma a respeito de seus vínculos materiais. É preciso que o indivíduo, a partir de suas vivências, atribua significados às experiências, de modo que possa ser reflexivo, crítico, autônomo no seu pensamento. Que tenha condições de fazer suas escolhas a partir do seu pensamento e do seu desejo e não de uma forma tutelada.

Por isso, o processo é complexo, porque a autonomia de pensamento leva a autonomia de ação. E a fronteira dessa autonomia pode ser tênue, pois podemos nos perguntar se as pessoas que participam do OP são reflexivas, são críticas ou apenas reproduzem a ideologia dominante – porque nesse caso também seria alienação. Nos perguntamos se, de fato, basta dizer que o OP é importante por que podemos decidir sobre o dinheiro público, ou por que conquistamos melhorias para a comunidade, para que isso seja um indicativo de pensamento autônomo, de emancipação. Acreditamos que não. Pensamos que a complexidade do processo reside no fato de que a participação popular – nos termos da Administração Municipal – exige um processo de formação da consciência política para que possa sustentar o discurso da emancipação e da autonomia.

É possível acreditar que o indivíduo possa ter elementos que contribuam, dentre outros elementos, para a vivência real de conceitos como cidadania, autonomia, emancipação, ou seja, como refere Montero (2004), que possa ser um ator social comprometido em um

processo de transformação social e psicossocial que os capacita a realizar mudanças em seu meio social.

Perguntamos aos técnicos¹⁵, que trabalham nas Secretarias Municipais que têm políticas públicas voltadas para as comunidades, qual a repercussão dos movimentos dos moradores para as políticas públicas da cidade, para que pudéssemos entender o quanto o movimento dos moradores exercem a pressão necessária para a efetivação e manutenção das políticas públicas de Porto Alegre. Para Mariana e Cristiano, as políticas são propostas para atender as necessidades da população mais carente, mas principalmente são mantidas pelos movimentos desta população:

Ao estabelecer o OP como espinha dorsal da relação do governo com a sociedade, tudo se dava por meio do OP com incidência da participação da comunidade. É uma população excluída e não é uma exclusão econômica e sim uma exclusão política. Ser cidadão é estar incluído, tem que ser conhecedor de seus direitos, limites, conhecer a forma como o Estado, e as políticas públicas se organizam. Receber as informações que necessita. A nossa política habitacional é voltada para uma população de baixíssima renda. Pessoas que são historicamente excluídas, que tem história de exclusão, que passa a sua própria geração. São excluídas de várias práticas. A habitação tenta resgatar a dignidade de morar, fomenta outros direitos e permite acesso a outros direitos de cidadania que as pessoas têm. Reconhecer os direitos e fomentar outras políticas (Mariana, técnica do DEMHAB¹⁶).

A participação deles é decisiva, o OP não é o único instrumento de participação, tem vários Conselhos e nestas militâncias elas interferiram fortemente nas nossas políticas que foram desenhadas a partir destas expressões... não só por essas expressões, porque um governo sério tem que ter proposta... (Cristiano, técnico do GRC¹⁷).

¹⁵ No texto da tese, denominamos técnicos, todos os profissionais que trabalham com as comunidades pesquisadas. Na citação, no entanto, há a especificação de que profissional é e de que Órgão Municipal ou Entidade trabalha.

¹⁶ DEMHAB: Departamento Municipal de Habitação

¹⁷ GRC: Gabinete de Relações Comunitárias

Tatiana não acredita que o movimento dos moradores repercute nas políticas públicas, pois ela trabalha com uma população de ex-moradores de rua, e sua experiência de conquista de melhorias se deu muito mais por outro tipo de pressão – via protestos na mídia, ou trabalho em parceria com ONGs que deram visibilidade ao movimento – do que pelo movimento em si. Ao contrário, Tatiana conta que, a depender da participação dos moradores no OP, nunca se conseguiu o mínimo que eles precisavam:

Até acredito que no início, era diferente, que dava certo, mas hoje?!... e não tem nenhuma política pública direcionada para esta população, não vejo trabalho nenhum na área social, esta é a política de Porto Alegre para a população de rua?! O que se lutou muito foi por transporte público na área de saúde para dar assistência para eles na rua, e a SAMU não atende eles porque contamina as ambulâncias, se brigou muito, nem que fosse uma combi, essa demanda se lutou muito e não conseguimos. No FSM, deixamos de participar lá porque é muito oba-oba, o Fórum são discussões vazias. O que mudou nestes 4 anos?! ... o que fizemos? Trouxemos as pessoas pra cá. Veio gente do Canadá, da Espanha... as pessoas conheceram o trabalho aqui, onde o trabalho acontece. Esse ano vamos fazer a mesma coisa, até eu vou participar porque a Rosinha me convidou pra falar sobre Economia Solidária. A Assistência Social, Educação, Saúde, Moradia... não podem ser descolados. Cada Secretaria trabalha como se tivessem um prefeito diferente. Estudar dá uma visão de vida diferente, os livros ainda são a tua viagem... a doença do pobre é a carência, é do olhar, do ouvir, tem que ter médicos comunitários porque não é medicação que cura, é a atenção que cura... o Brasil tem carência de moradia, tu resolve moradia, tu tá resolvendo vários problemas... o problema é que as políticas são fragmentadas (Tatiana, assistente social da Associação dos Recicladores).

Defendemos a idéia de que as políticas públicas existem e são propostas tanto pelo governo municipal, pois como refere Cristiano, um governo sério tem que ter propostas, quanto pela comunidade. Muitas

destas políticas foram gestadas e aprimoradas nos fóruns de participação, dentre os quais, o OP.

Para Cristiano, a experiência do OP é muito importante, e todo o processo que foi gestado nos anos da Administração Popular se deve principalmente à receptividade de um grupo que tinha a demanda de mobilização, de mudança. Para Cristiano:

... a existência do OP, experiência reconhecida e tal, a sua existência não se deve com a chegada da Frente Popular em 88 na Prefeitura de Porto Alegre. Em Porto Alegre tem a ver com uma organização popular e comunitária que começou muito antes de 88, na verdade, no início da década de 80, que foi um período forte de organização popular em todo o Brasil, tanto o movimento sindical como o movimento urbano comunitário e popular... ela foi mais organizada do que os outros, não cabe o comparativo com outras capitais, mas teve, sem dúvida, uma forte organização popular e comunitária que criou as Associações de Moradores e outras associações organizadas, que passou a definir ou interferir no destino dos recursos da cidade, então isso já estava colocado antes, e foi esta forte organização popular que foi responsável inclusive pela eleição de uma nova proposta em 88, “coragem de mudar” “a inversão de prioridades” isso chega ao governo muito em função do movimento popular organizado que deu sustentação a isso, que comprou esta proposta, que comprou esta idéia. Então com esta nova proposta política, com este movimento popular, foi o que contribuiu, não é mérito só do governo, de uma proposta política do governo, mas é mérito de uma realidade social bem importante da cidade, mas era um movimento organizado e mobilizado que fazia ações bem importantes, coisas simples, que exigiam uma mobilização frente popular no governo de certa forma, este espaço do OP, com tudo que isso tem de bom, produziu, isso teve um reflexo na forma das comunidades se organizar, no mínimo deve nos preocupar, hoje temos uma realidade de falta de vida orgânica democrática, de reunir a sua diretoria, de fazer uma assembléia para depois escutar a opinião dos moradores, isso é o que falta na cidade hoje, em regra as associações, estão esvaziadas/comandadas nem pela sua diretoria, mas

por alguém/membro da diretoria que define as coisas da diretoria. Muitas vezes os delegados do OP não são frutos de uma reunião dos moradores, são frutos de um ofício que o presidente determina, talvez consulte mais um outro da diretoria. Falta vida orgânica real... tem no governo não mais um inimigo mas tem parceiro no governo então basta se organizar, tu garante conquistas para tua comunidade, melhorias de condição de vida sem aquele desgaste de energia que em outros momentos já existiu, mas isso debilitou muito a organização popular em Porto Alegre do ponto de vista orgânico, mobilização e democracia. Isto que o OP representa do Governo em relação à sociedade de transparência de abrir... isto não está indo até a ponta lá nas comunidades do ponto de vista das suas organizações, das suas associações, Clube de Mães, seja o que for esta democracia, transparência e abertura das questões para decidir em conjunto, lá na ponta não está indo, é mais na mão de um e dois que conhecem e dominam o processo. Hoje temos pouquíssimas regiões que tem necessidades/demandas e não participam do OP. O OP tem uma história de levar comunidades sem nenhuma tradição de participação, organização comunitária, que tinha aversão à questão da política e que se mobilizaram. Podemos perguntar qual é a finalidade que tem essa participação? Ta, ela pode ser muito pragmática, mas acho que isso é um avanço da situação anterior de ficar esperando que um dia alguém faça alguma coisa (Cristiano, técnico do GRC).

Quando as políticas saem da dimensão da cobrança de direitos e é diluída em outras instâncias de participação, viabiliza os elementos do exercício da cidadania e leva o indivíduo a uma consciência do lugar em que ocupa e do papel que desempenha no cenário político-administrativo da cidade.

O processo do OP deu visibilidade às identidades do mosaico urbano. Trouxe à luz a nossa diversidade cultural, étnica, social. Levou a população a um nível de diálogo que fez da cidade um marco nessa obscura contemporaneidade. Proporcionou uma mudança na cultura política e na forma de gerir a coisa pública, trouxe também a possibilidade de uma profunda mudança sobre a finalidade e a função

do conhecimento, ou seja, contribuir com o conhecimento da realidade local e de suas múltiplas e complexas conexões com a realidade global.

A cidade tem o enfoque da qualidade de vida e tem construído políticas públicas que materializam melhores condições urbanas, sociais, ambientais e culturais. Isto é fruto de um movimento coletivo, da interação entre as ações do governo e as ações da cidadania.

Constatamos que, normalmente, quando se formulam políticas públicas para populações vulneráveis, não se leva em conta os aspectos psicopolíticos que repercutirão nas ações e nos engajamentos dos indivíduos nessas políticas, assim como tampouco se considera o repertório de significados desses indivíduos sobre a realidade social.

É como se a implantação de políticas públicas, por si só, já garantisse a participação. O que destacamos, analisando a realidade pesquisada, é que o processo é muito mais complexo do que as boas intenções do poder público podem conter. Nem sempre está previsto essa complexidade no comportamento político dos indivíduos e, normalmente, quando esse comportamento não corresponde às expectativas dos gestores das políticas, é entendido como um comportamento dissociado, como um “problema a ser resolvido”.

As políticas públicas incidem na vida dos indivíduos. Esses interagem e se beneficiam das políticas de uma forma individual ou coletiva. A questão que levantamos é que essa interação apresenta diferentes níveis, ou seja, desde o mais instrumental, ou seja, o participar por participar, pela “obrigação”, pela troca de benefícios e vantagens, até a participação pela crença de que essa representa uma maneira de conquistar e garantir melhorias para si mesmo e para a coletividade.

Prevêem-se os aspectos materiais e a aceitabilidade imediata a essas políticas, mas não são contemplados os impactos dessas mudanças para a formação da consciência política, do engajamento desses indivíduos em ações coletivas, em situações que demandam um compromisso coletivo com o outro.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ-GAYOU, J. L. **Cómo hacer investigación cualitativa. Fundamentos y metodología.** Barcelona: Paidós, 2003.

COSTA, G. P. **A repercussão da violência social no cotidiano escolar.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

_____. **Consciência política e cidadania mediadas pela participação política: um estudo de caso em Porto Alegre.** Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

GENRO, T. F. **Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. **Orçamento participativo: a experiência de Porto Alegre.** 3.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

HELLER, A. **O cotidiano e a história.** 7ª. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. (Originalmente publicado em alemão em 1970).

MELUCCI, A. **Um objetivo para os movimentos sociais?** In: *Lua Nova*, (Jun/17). São Paulo: CEDEC, 1989.

_____. **Qué hay de nuevo en los nuevos movimientos sociales?** In LARAÑA, E. y GUSFIELD, J. (eds.). **Los nuevos movimientos sociales. De la ideología a la identidad.** Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1994.

_____. **O jogo do eu: A mudança de si em uma sociedade global.** São Leopoldo. Unisinos, 2004. (Originalmente publicado em italiano em 1991).

_____. **Vivencia y convivencia.** Madrid: Trotta, 2001.

MONTERO, M. **Teoría y práctica de la Psicología Comunitaria.** La tensión entre comunidad y sociedad. Buenos Aires: Paidós, 2004.

OLIVEIRA, N. (org.). **Vazios urbanos em Porto Alegre.** Uso capitalista do solo e implicações sociais. Porto Alegre: FEE, 1989.

_____. **Entre a terra e o céu: mensurando a utopia?** Texto preparado para o Seminário “Cidadania, pobreza e exclusão social”, realizado pelo IBASE. Petrópolis, 9 a 11 de Dezembro de 1998.

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL SOLIDARIEDADE. **Caminhando para um mundo novo: orçamento participativo de Porto Alegre visto pela comunidade.** Petrópolis: Vozes, 2003.

Porto Alegre. Prefeitura Municipal. Departamento Municipal de Habitação. **Vila Cai Cai: resultados de pesquisa e propostas para o trabalho.** Porto Alegre: Polígrafo, 1993.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento – política e filosofia.** São Paulo: Editora 34, 1996. (Originalmente publicado em francês em 1995).

SABUCEDO, J. M. **Psicología y participación**. In: Boletín de Psicología, (5), 61-68. Valencia: Promolibro, 1984.

_____. **Participación política**. In: SEOANE, J. **Psicología Política**. (pp. 165-190). Madrid: Pirámide, 1989.

_____. **Factores psicosociales asociados a las formas de participación política institucional y no institucional**. In VILLARREAL, M. (Ed.) **Movimientos sociales**. San Sebastián: Universidad Del País Vasco, 1989.

_____. **Psicología Política**. Madrid: Síntesis, 1996.

SANDOVAL, S. A. M. **Consideração sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais**. In: **Psicologia e Sociedade**, (7), 61-89. São Paulo: ABRAPSO, 1989a.

_____. **A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais**. In: **Educação e Sociedade**, (34), 122-130. São Paulo: Cortez, 1989b.

_____. **Os trabalhadores param**. Greves e mudança social no Brasil: 1945-1990. São Paulo: Ática, 1994a.

_____. **Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil**. In: SPINK, M. J. (org.). **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994b.

_____. **The Crisis of the Brazilian Labor Movement and the Emergence of Alternative Forms of Working-Class Contention in the 1990s**. **Revista Psicologia Política**. 1, (1), 173-195. São Paulo: SBPP, 2001.

_____. **O comportamento político como campo interdisciplinar de conhecimento: A reaproximação da sociologia e da psicologia social**. In: CAMINO, L., LHULLIER, L. & SANDOVAL, S. A. M. (orgs). **Estudos sobre comportamento político**. Teoria e pesquisa. (pp. 13-24). Florianópolis: Obra Jurídica Ltda, 1997.

VILLASANTE, T. R. (Coordinador). **Las ciudades hablan**. Identidades y movimientos sociales en seis metrópolis latinoamericanas. Bogotá: Nueva Sociedad, 1994.

_____. **Sujetos en Movimiento**. Redes y procesos creativos en la complejidad social. Construyendo ciudadanía. Vol. 4. Madrid: Nordan-Comunidad, 2002.

_____. & GARRIDO, F. J. (coordinadores). **Metodologías y presupuestos participativos**. Construyendo ciudadanía. Vol. 3. Madrid: Iepala, 2002.